

19 postos de saúde de São Paulo voltam a registrar a falta de vacina contra a Covid-19 nesta terça (29)

Postos de saúde na cidade de São Paulo voltaram a registrar desabastecimento de vacinas contra a Covid-19 na tarde desta terça-feira (29). Com base em dados da página “De Olho na Fila”, a reportagem apurou que 19 pontos de vacinação estavam sem o imunizante e com a informação de “aguardando reabastecimento”, por volta das 12h30.

Segundo o calendário da Prefeitura de São Paulo, gestão Ricardo Nunes (MDB), a previsão é vacinar pessoas com 45 e 44 anos, nesta terça. Na quarta (30) e quinta (1º), o calendário continua com o público de 43 e 42 anos para receber o imunizante.

Já na sexta (2), a cidade promove uma repescagem,

para quem tem entre 42 e 44 anos, iniciativa para buscar pessoas que estão no plano de imunização da cidade, mas ainda não procuraram postos de saúde para tomar a vacina contra o coronavírus. O sábado (3) será reservado apenas para aplicação de segunda dose.

Nesta terça, as zonas norte e sul foram as regiões com maior desabastecimento, com oito pontos cada. Já a região central e a zona oeste registraram um posto sem vacina cada. Além destes, um megaposto, em que a pessoa entra como pedestre para se vacinar, apontou falta do imunizante.

A falta de vacinas nos postos de saúde da capital paulista começou no último dia 21, fazendo com que a prefeitura suspendesse a va-

cinuação no dia seguinte. Na quarta (23), quinta (24) e sexta (25), mais postos voltaram a ficar sem doses do imunizante contra a Covid-19. Já nesta segunda (28), pessoas enfrentaram longas filas para se vacinarem contra o vírus.

Em nota, a Secretaria Municipal da Saúde disse que, nesta terça, a cidade recebeu 264 mil doses da vacina Oxford/AstraZeneca e os postos de vacinação estão em processo de reabastecimento. A previsão é para que nesta quarta-feira (20), a capital paulista receba mais 30 mil doses do imunizante. Além disso, afirmou que, até segunda, a capital de São Paulo recebeu 6.822.550 doses de vacina contra a Covid-19, sendo 5.111.652 de primeira dose e 1.710.898 de segunda dose. Luca Castilho/Folhapress



Economia



Alta da conta de luz deve elevar inflação para 6,4% em 2021, acima do teto da meta *Página - 03*

Tesouro tem superávit de quase R\$ 20 bi no ano, mas volta a ficar no vermelho em maio

Página - 03



Agora no ESG? A máquina de aquisições do J.P. Morgan não para *Página - 05*

Divisão de computação em nuvem da Amazon compra Wickr, de mensagens criptografadas

Página - 05

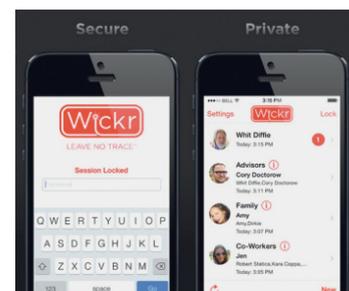
Política

Guedes fala em ampliar corte do IR de empresas de 2,5 para 5 pontos percentuais em 2022

Página - 04

Governo Bolsonaro decide suspender contrato sob suspeita para compra da Covaxin

Página - 04



No Mundo

Peru: Keiko Fujimori fica mais longe de reverter resultado de eleição



A candidata de direita à Presidência do Peru, Keiko Fujimori, que luta para reverter o resultado inicial da eleição de 6 de junho, que a deixou atrás do rival socialista Pedro Castillo, pode estar ficando sem tempo - e aliados. Castillo, que preocupa o establishment político do país andino, terminou com uma vantagem apertada de 44 mil votos ao final da contagem das cédulas, mas o desfecho se arrasta, já que Keiko alega fraude e quer desqualificar alguns votos.

Essa aposta, no entanto,

parece perder força depois que possíveis aliados se distanciaram de Keiko, que é filha do ex-presidente Alberto Fujimori, preso por corrupção e abusos de direitos humanos.

“Já basta”, disse um editorial do fim de semana do jornal conservador *El Comercio*, parte de um dos conglomerados de mídia mais poderosos do país, que geralmente apoia Keiko.

“Hoje está claro que o que começou com o uso de recursos legais legítimos, para questionar a adequação de algumas cédulas, começa a se tornar uma tentativa de

setores políticos diferentes de adiar o processo tanto quanto possível”.

O partido Peru Livre, de Castillo, e a Comissão Eleitoral negam quaisquer alegações de fraude, e observadores eleitorais internacionais dizem que a votação foi limpa. O Departamento de Estado norte-americano foi mais longe, classificando-a como um “modelo de democracia”.

Nessa segunda-feira (28), Keiko foi ao palácio de governo e entregou uma carta ao presidente interino, Francisco Sagasti, pedindo auditoria internacional da votação. **ABR**

Biden encontra presidente de Israel em meio à tensão no Oriente Médio

O presidente americano Joe Biden recebe nesta segunda-feira, 28, na Casa Branca, o presidente de Israel, Reuven Rivlin.

O encontro deve servir como um “reset” na relação dos dois países após quase uma década de governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

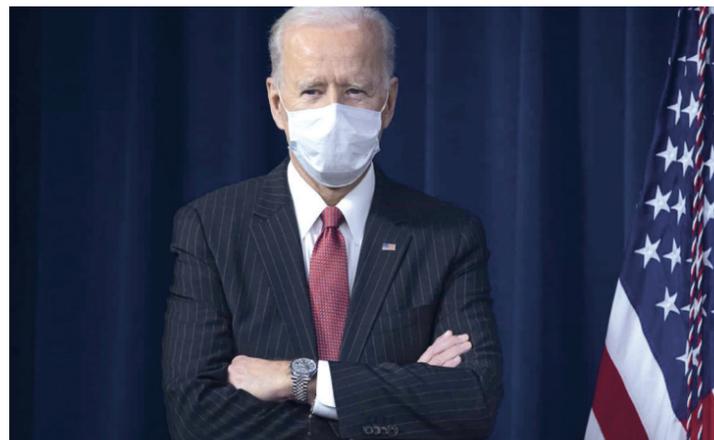
No período, a política de expansão de comunidades judaicas sobre terras reclamadas por palestinos provocou críticas da comunidade internacional – inclusive dos Estados Unidos.

Rivlin chega à Casa Branca em meio ao fim de um impasse de quase dois anos no Parlamento israelense sobre quem tem o apoio suficiente para ocupar o cargo de pri-

meiro-ministro. No começo de junho, o empresário ultradireitista Naftali Bennett conseguiu formar uma coalizão com mais apoio do que Netanyahu.

No domingo, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, encontrou-se em Paris com o novo ministro das Relações Exteriores de Israel, Yair Lapid. O encontro de Blinken com Lapid é o primeiro contato pessoal entre o governo Joe Biden e a coalizão que encerrou o mandato de Netanyahu.

No encontro, Lapid expressou ao chefe da diplomacia dos Estados Unidos as “sérias reservas” de seu país a respeito das negociações com o Irã sobre o acordo nuclear, durante um encontro neste domingo em Roma. **Exame**



Macron e Le Pen sofrem duro revés nas eleições regionais francesas



A extrema direita francesa de Marine Le Pen fracassou em sua tentativa de conquistar o primeiro governo local, enquanto o partido de centro do presidente Emmanuel Macron sofreu um novo revés no segundo turno das regionais a dez meses das eleições presidenciais.

O jovem partido do presidente, República em Marcha (LREM), não conseguiu prevalecer em nenhuma das 13 regiões da França metropolitana, pagando o preço por sua falta de implantação territorial.

Segundo as consultas, o partido obteria apenas 7%

dos votos, vendo-se relegado à quinta força política em nível nacional, atrás da direita, da esquerda, dos ecologistas e da ultradireita.

É uma “decepção para a maioria presidencial”, admitiu Stanislas Guerini, líder do LREM.

A abstenção foi a grande protagonista destas eleições, com um máximo histórico de cerca de 66%, o mesmo nível do primeiro turno e muito superior às eleições regionais anteriores, em 2015.

“O que estamos vendo é a culminação de uma desconexão entre os eleitores e a classe política”, disse à AFP Jessica Sainty, professora de políti-

ca da Universidade de Avignon, embora tenha admitido que a crise da covid-19 também influi na alta abstenção.

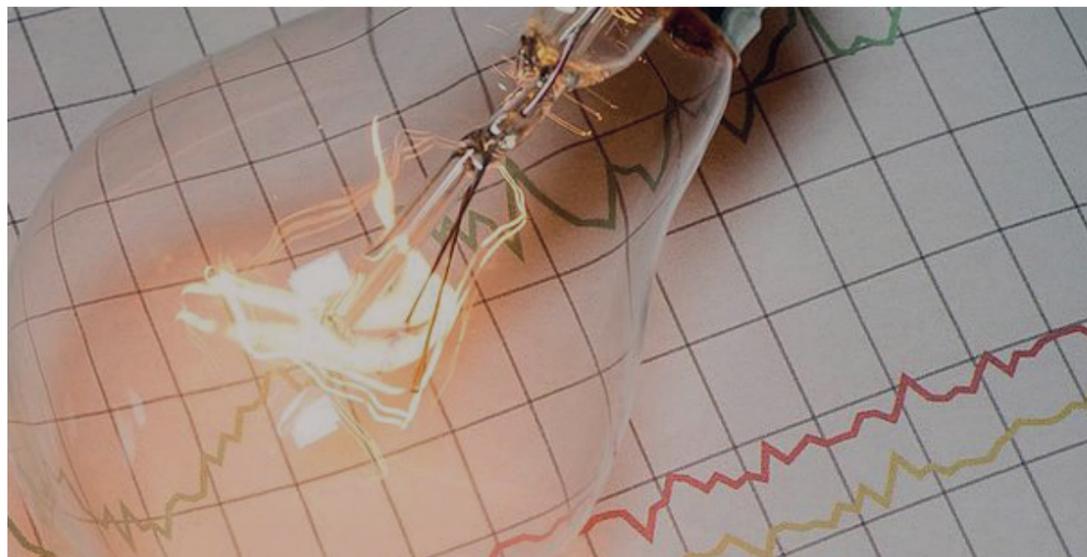
Os resultados também foram decepcionantes para o partido de Le Pen, Agrupamento Nacional (RN, na sigla em francês), que fracassou em sua tentativa de conquistar pela primeira vez um governo local.

“Esta noite, não ganharemos nenhuma região”, admitiu Marine Le Pen, destacando que a França sofre uma “profunda crise da democracia local”. “A mobilização é a chave para as vitórias futuras”, disse, de olho nas presidenciais do ano que vem. **AFP**

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Alta da conta de luz deve elevar inflação para 6,4% em 2021, acima do teto da meta



A elevação em 52% da bandeira vermelha de nível 2 de energia elétrica, anunciada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta terça (29), deve aumentar a pressão sobre a inflação deste ano e levar o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) a fechar 2021 em 6,4%.

O cálculo é do economista Fabio Romão, da LCA Consultores, que destaca que além dessa alta de monitorados, os preços industriais e de serviços devem contribuir para que o IPCA suba este ano.

A pressão da energia elétrica fez o IPCA acelerar em maio, e o indicador oficial de inflação avançou 0,83% no país, após variação de 0,31% em abril. Este

foi o maior resultado para maio desde 1996 (1,22%), segundo o IBGE. No acumulado de 12 meses até aquele mês, a alta chegou a 8,06%.

Uma pesquisa publicada pelo grupo de conjuntura do Ipea em maio -mesmo antes do reajuste anunciado pela Aneel- já apontava que a energia elétrica, o gás de botijão e os remédios seriam os principais vilões da inflação este ano, levando o IPCA para acima do teto da meta para este ano, de 5,25%.

Os itens chamados preços administrados incluem impostos e taxas, serviços de utilidade pública com tarifas reguladas (energia elétrica e telefone), derivados de petróleo e medicamentos, por exemplo. A pressão pelos reajustes desses preços já

era esperada, por terem sido represados no ano passado. Ainda assim, essa alta tem surpreendido os analistas.

“A energia vai ser um dos principais vilões deste ano. Dentre os preços administrados, o principal peso dos aumentos deve ser da gasolina (27,7%), a energia vem em seguida (11,8%). É bastante pesado, pois a energia está na formação de outros preços, pressionando indiretamente”, diz Romão.

Na média, o reajuste na bandeira vermelha, cobrada para custear as usinas térmicas e compensar a crise da falta de chuvas nos reservatórios das hidrelétricas, vai ter impacto médio de 8,12% na conta de luz em junho, calcula a FGV.

Douglas Gravas/Folhapress

Inflação do aluguel desacelera em junho; alta em 12 meses é de 35,75%



O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado), conhecido como a inflação do aluguel, desacelerou e subiu 0,60% em junho, informou nesta terça-feira (29) a FGV.

Em 12 meses, o índice acumula variação de 35,75%, abaixo dos 37,04% registrado até maio.

Analistas ouvidos pela Bloomberg protejavam que o IGP-M ficasse em 1% em junho, batendo 36,28% no acumulado em 12 meses.

Segundo a FGV, a desaceleração era prevista e ocorre devido à combinação da valorização do real e o recuo dos preços de commodities negociadas em dólar, como minério, soja e milho.

O IGP-M de junho terá

Tesouro tem superávit de quase R\$ 20 bi no ano, mas volta a ficar no vermelho em maio

A desaceleração das despesas ligadas à pandemia do coronavírus somada a uma expansão nas receitas federais levou o governo a registrar superávit de R\$ 19,9 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses do ano.

O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta terça-feira (29), representa uma reversão do déficit de R\$ 222,4 bilhões registrado no mesmo período do ano passado -quando o país enfrentava o primeiro ano da pandemia e executava medidas mitigadoras com impacto fiscal mais forte (como o auxílio emergencial mais elevado e mais adiamentos de impostos).

Apesar disso, o Tesouro registrou déficit de R\$ 20,9 bilhões em maio -interrompendo os resultados positivos registrados em março e abril.

Esse é o terceiro pior maio da série histórica (já considerando dados atualizados pela inflação). No mesmo mês de 2020, foi registrado

um rombo de R\$ 136,8 bilhões nas contas federais.

Apesar disso, o resultado do mês veio melhor que o esperado pelo mercado. Levantamento feito pelo Ministério da Economia com analistas apontava para um déficit de R\$ 48 bilhões.

O Tesouro afirma que o resultado de maio revela melhora das condições fiscais, gerada pelo desempenho robusto da receita, acompanhado de um nível de execução das despesas abaixo do patamar do ano anterior.

“Pelo lado dos ingressos [receitas], a atividade mais forte e a alta dos níveis de preços dão o tom da elevação, ao passo que a redução dos desembolsos decorre da maior focalização das despesas de combate à pandemia, da postergação da execução de alguns programas com o atraso na aprovação do Orçamento e do esforço do governo para o controle de despesas obrigatórias”, afirma o Tesouro.

Fábio Pupo/Folhapress



efeito nos contratos de locação com vencimento em julho. Nos casos em que os proprietários decidam aplicar integralmente a variação, o primeiro pagamento reajustado será em agosto. Um aluguel de R\$ 2.000 passará a R\$ 2.715, com o IGP-M atual.

O IGP-M é conhecido também com a inflação do aluguel, pois é o índice mais usado nos contratos de locação.

A trajetória de alta do IGP-M teve início do segundo semestre do ano passado, em decorrência, principalmente, de matérias-primas brutas que são negociadas em dólar.

O descolamento do índice em relação à inflação oficial medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) aque-

ceu debates quanto a ser o IGP-M o melhor indexador para os contratos de locação, uma vez que a maior parte da composição dele refere-se aos preços no atacado.

O INCC (Índice Nacional de Custos das Construções Civis), que acumula alta de 16,88% em 12 meses até junho, responde por apenas 10% do IGP-M.

O restante é distribuído pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), com 30%, e pelo IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), com 60%.

O cenário de moeda desvalorizada e retomada da atividade econômica em países compradores de commodities brasileiras, como é o caso da China e dos Estados Unidos, melhoraram. Fernanda Brigati/Folhapress

Política

Guedes fala em ampliar corte do IR de empresas de 2,5 para 5 pontos percentuais em 2022



O ministro Paulo Guedes afirmou nesta terça-feira (29) que o corte de 2,5 pontos percentuais no IR de empresas em 2022, apresentado pelo governo na última semana, foi pouco. Segundo ele, essa redução está passando por recalibragem e deve ser ampliada para um corte de 5 pontos percentuais já no ano que vem.

Na proposta de reforma do Imposto de Renda enviada ao Congresso na sexta-feira (25), o governo propôs a redução da alíquota do IR de empresas dos atuais 15% para 10%, com um escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 pontos no segundo ano. A tributação adicional de 10%

sobre lucros acima de R\$ 20 mil continua valendo.

“Nós anunciamos uma redução de 2,5% no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica [em 2022]. Aparentemente, foi pouco. Pela força da economia, temos que passar isso de 2,5% para 5% imediatamente. Estamos já recalibrando nossos cálculos para ver se isso já é possível agora”, disse o ministro durante coletiva de imprensa sobre a arrecadação federal.

Guedes disse que a pasta está estudando propor o corte direto de cinco pontos em vez de fazer as reduções de 2,5 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023. Ele não deixou claro se, nesse novo modelo, haveria um corte adicional da alíquota em 2023.

“Não temos compromi-

so com erros eventuais de calibragem. O importante é o que estamos sinalizando: menos impostos para as empresas, mais impostos para rendimento de capital, menos impostos para os assalariados, principalmente salários baixos”, afirmou.

O anúncio do ministro vem menos de uma semana após a apresentação formal da reforma do IR. Desde o envio ao Congresso, no entanto, a proposta de Guedes sofreu críticas. Embora incida sobre a pessoa física, o fim da isenção da distribuição de dividendos, com cobrança de 20%, também presente na proposta, foi interpretado por especialistas como uma alta agregada na tributação que envolve empresas.

Bernardo Caram/Folhapress

Conselho de Ética aprova suspensão de Daniel Silveira por dois meses



O deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) ficará suspenso de suas atividades parlamentares por dois meses, conforme decisão do Conselho de Ética da Câmara.

O afastamento do mandato foi aprovado, nesta terça (29), por 13 votos a favor e 3 contra. A punição aconteceu porque o deputado gravou e divulgou, em 2019, uma reunião sigilosa do PSL. Silveira, no entanto, negou que tenha gravado o encontro e disse que uma assessora da liderança do PSL foi a responsável pelo vídeo.

No pedido inicial, o deputado Alexandre Leite (DEM-SP) pediu que o colega fosse

Governo Bolsonaro decide suspender contrato sob suspeita para compra da Covaxin

O Ministério da Saúde irá suspender o contrato com a Precisa Medicamento para obter 20 milhões de doses da Covaxin.

A informação foi dada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, à CNN Brasil, e confirmada à reportagem. A decisão ocorre em um momento em que indícios de irregularidades no contrato têm sido o novo alvo da CPI da Covid no Senado.

Segundo membros da pasta, a decisão atual é pela suspensão. A pasta, porém, também avalia a possibilidade de cancelar o contrato.

Como o jornal Folha de S.Paulo mostrou na última semana, o tema tem sido alvo de discussão na consultoria jurídica, diretoria de integri-

dade e áreas técnicas da pasta. O processo também é avaliado por órgãos de controle.

A existência de denúncias de irregularidades em torno da compra da vacina indiana Covaxin foi revelada pela Folha de S.Paulo no último dia 18, com a divulgação do depoimento sigiloso de Luis Ricardo ao Ministério Público Federal, que relatou pressão “atípica” para liberar a importação da Covaxin.

Desde então, o caso virou prioridade da CPI no Senado. A CPI suspeita do contrato para a aquisição da imunização, por ter sido fechado em tempo recorde e prever o maior valor por dose da vacina, em torno de R\$ 80. Além disso, é o único feito por um intermediário, a Precisa Medicamentos. Natália Cancian/Folhapress



suspenso por quatro meses. A reunião tratava de uma disputa sobre a liderança da legenda na Câmara dos Deputados.

Na ocasião, o debate dizia a respeito sobre a troca do então líder o deputado Delegado Waldir (PSL-GO) pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O deputado do PSL também responde a outro processo por quebra de decoro parlamentar no episódio ligado à publicação de um vídeo com críticas ao STF (Supremo Tribunal Federal) e apologia ao AI-5 (Ato Institucional) - o mais duro instrumento de repressão da ditadura militar, que fechou o Congresso Nacional e cassou mandatos de juízes e parlamentares.

Daniel Silveira é acusado, ainda, de ter ameaçado, “com tiro no peito”, militantes antifascistas pelo Twitter, em maio de 2020.

O relator da representação no Conselho de Ética, deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), pediu a suspensão do mandato do deputado por seis meses.

As ameaças o levaram a ser preso em flagrante, no dia 16 de fevereiro, por determinação do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Silveira, que estava em regime domiciliar desde 14 de março, voltou à prisão por diversas violações ao monitoramento por tornazeleira eletrônica.

Folhapress

Agora no ESG? A máquina de aquisições do J.P. Morgan não para

Um dia depois de divulgar a compra de uma participação de 40% do brasileiro C6 Bank, o J.P. Morgan está de volta às compras, em mais um movimento que reforça o seu apetite por ativos digitais. Dessa vez, porém, com um ingrediente adicional.

O banco americano anunciou nesta terça-feira, 29 de junho, a aquisição da OpenInvest, fintech de São Francisco dona de uma plataforma de investimentos ESG. O acordo, cujos termos financeiros não foram revelados, foi fechado por meio da divisão de Asset & Wealth Management da instituição.

“Os clientes estão cada vez mais focados em entender o impacto ambiental, social e de governança de seus portfólios, e em usar essas

informações para tomar decisões de investimentos que se alinham melhor com seus objetivos”, afirmou, em nota, Mary Callahan Erdoes, CEO da J.P. Morgan Asset & Wealth Management.

Fundada em 2015, a OpenInvest havia captado, até então, US\$ 24,3 milhões junto a investidores como Andreessen Horowitz, QED Investors, Y Combinator e ABN Amro Ventures. A companhia manterá sua marca e será integrada às ofertas de Private Bank e de Wealth Management do J.P. Morgan.

“Nossa parceria com o J.P. Morgan combina tecnologias líderes de ESG com o maior banco da América e a capacidade de atingir quase metade de todos os lares americanos”, disse Joshua Levin, cofundador e diretor

de estratégia da OpenInvest.

Com o seu portfólio, a OpenInvest permite criar carteiras personalizadas aos clientes interessados em investir em ativos de ESG. Para chegar a esse modelo, a plataforma da fintech extrai dados de mais de 35 fontes.

Segundo o J.P. Morgan, o anúncio de hoje se conecta com a aquisição, em dezembro, da 55ip, fintech que automatiza a construção de carteiras com eficiência tributária.

Esse é o 4º investimento realizado pelo J.P. Morgan em uma fintech ou operação digital em seis meses. Além do C6 Bank, da OpenInvest e da 55ip, o banco anunciou a aquisição, em 17 de junho, a compra da Nutmeg, plataforma britânica de robô-advisor, em um negócio de quase US\$ 1 bilhão.

Neofeed



Divisão de computação em nuvem da Amazon compra Wickr, de mensagens criptografadas



A unidade de computação em nuvem da Amazon disse nesta sexta-feira que comprou a plataforma de mensagens criptografadas Wickr para permitir uma comunicação segura, já que empregados têm trabalhado principalmente de casa.

Fundada por defensores de privacidade, a startup Wickr desenvolve tecnologia de mensagens que se autodestroem e tem clientes nos setores financeiro e de jogos de com-

putador. O valor do negócio não foi divulgado.

“A necessidade desse tipo de comunicação segura está acelerando”, disse Stephen Schmidt, diretor de segurança da informação da Amazon Web Services.

A Amazon também tem se esforçado para obter contratos de computação em nuvem de agências governamentais e tem travado uma batalha prolongada com a Microsoft depois de perder um acordo multibi-

lionário com o Pentágono.

Schmidt disse que a Wickr dará às empresas preocupadas com a segurança e às agências governamentais a capacidade de implementar controles de segurança, ajudando-as a cumprir seus requisitos de conformidade.

A AWS está oferecendo serviços da Wickr de imediato e os clientes, canais e parceiros de negócios do Wickr podem continuar a usar seus serviços, disse ele.

Reuters/Biznews

Americana Etsy compra brasileira Elo7 por US\$ 217 milhões e entra no mercado latino-americano

A americana Etsy anunciou nesta segunda-feira que adquiriu a brasileira Elo7 por US\$ 217 milhões. As duas empresas operam negócios semelhantes, um e-commerce que vende artesanato, produtos personalizados e feitos sob encomenda. A transação deve ser concluída até o terceiro trimestre deste ano.

Atualmente, a Elo7 conta conecta cerca de 1,9 milhão de compradores a aproximadamente 56 mil vendedores

Em nota, Josh Silverman, diretor-presidente da Etsy, fala que o Elo7 é “a Etsy do Brasil, com um propósito e um modelo de negócios semelhantes”. Ele fala que a aquisição insere a empresa na América Latina, mercado ainda pouco explorado por eles.

Após a finalização da aquisição, a Elo7 continuará sediada em São Paulo e operará como um marketplace independente, administrado pela equipe já existente.

“Carlos Curioni, diretor-presidente da empresa, sempre foi uma inspiração e referência”, diz a Etsy.

O Globo



Publicidade Legal

Sapphirus A008.19 Participações S.A.

CNPJ/ME nº 35.714.180/0001-58 – NIRE 35.300.545.745

Ata das Assembleia Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 24 de maio de 2021

Data, Hora e Local: 24/05/2021, às 10 horas, em São Paulo-SP, na Rua Amaro Cavaleiro, 347, 14º andar, sala 1410. **Convocação:** Dispensada, face à presença dos acionistas, representando a totalidade do capital social. As publicações das demonstrações financeiras ora apreciadas foram dispensadas, por força do artigo 294, II, da Lei 6.404/76. **Mesa:** (i) **Presidente:** Renato Garcia Figueiroa; e (ii) **Secretário:** Luiz Fernando Ortega. **Deliberações da Ordem do Dia aprovadas por unanimidade:** **Em AGO:** (i) Aprovadas as contas da administração, bem como das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020. Tendo em vista a ausência de atividade operacional no período, não haverá distribuição de dividendos referente ao exercício findo em 31/12/2020. **Em AGE:** (ii) Aprovadas as contas da administração, bem como das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2020. Tendo em vista a inexistência de atividade operacional no período, não haverá distribuição de dividendos referente ao exercício findo em 31/12/2020. (iii) Alteração da sede social de São Paulo-SP, no endereço acima, para Diadema-SP, na Rua Manoel da Nóbrega, nº 598, sala 126 (parte), Centro; (iv) Em consequência da alteração aprovada, a redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia vigorará da seguinte forma: **"Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, na Rua Manoel da Nóbrega, nº 598, sala 126 (parte), Centro, CEP 09910-720."** (v) Inclusão das seguintes atividades no objeto social da Companhia: (i) a prestação de serviços de engenharia computação gráfica, topografia, consultoria e projetos georreferenciamento de propriedades avaliações e perícias, liberação de áreas para implantação de linhas de transmissões e estradas estudos e licenciamentos ambientais averbação de reservas legais desenvolvimento de projetos solares eólicos e a geração de energia elétrica transmissão de energia elétrica e distribuição de energia elétrica.; (vi) Em consequência da alteração aprovada acima, a redação do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, vigorará da seguinte forma: **"Artigo 3º. A sociedade tem por objeto (i) a prestação de serviços de engenharia computação gráfica topografia consultoria e projetos georreferenciamento de propriedades avaliações e perícias, liberação de áreas para implantação de linhas de transmissões e estradas estudos e licenciamentos ambientais averbação de reservas legais desenvolvimento de projetos solares eólicos e a geração de energia elétrica transmissão de energia elétrica e distribuição de energia elétrica; e (ii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (holding)"** (vii) Autorização para que os materiais pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia sejam arquivados na sede da Companhia; e (viii) Autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos e medidas que se fizerem indispensáveis para implementar o deliberado nestas assembleias. **Encerramento:** Foi lavrada esta ata, que, lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 24/05/2021. Assinaturas: **Acionistas:** SKY Energy Arinos Projeto Solar SPE Ltda. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 24/05/2021. **Mesa:** Renato Figueiroa Garcia: Presidente; Luiz Fernando Ortega: Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 281.606/21-3 em 18/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Mafe Energia e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 08.386.634/0001-36 – NIRE 35.300.334.701

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Fernando Antonio Bertin, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, convoca os acionistas da Companhia, a ser realizada na sede social, na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Sala 110, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e simultaneamente via videoconferência, tal como autorizado pelo artigo 121, § 2º, da Lei 6.404/1976, pela plataforma Zoom, por meio do link <https://us02web.zoom.us/j/84667378634?pwd=N0c4V1k2UDE2UFZlTDNldm45WE5vZz09>, no dia 06/07/2021, às 14 horas, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31/12/2020; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. **Informações Gerais:** Os acionistas que não puderem comparecer pessoalmente poderão ser procurados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no artigo 10, § único, do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 09/06/2021. **Fernando Antonio Bertin** – Presidente do Conselho de Administração. (26, 29 e 30/06/2021)

Anauger Participações S.A.

CNPJ/ME nº 09.020.689/0001-90 – NIRE 35.300.345.789

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Companhia, nos termos da alínea "c" do § único do Artigo 123 da Lei 6.404/76, e alterações posteriores ("LSA"), a se reunirem em AGE que se realizará no dia 08/07/2021, às 14:00 hs., de modo totalmente digital em razão da pandemia do COVID-19 e, pois, por meio do sistema eletrônico identificado, a qual será integralmente gravada, e permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), para tratar da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre as despesas de assistência médica incorridas pela Companhia durante o exercício de 2020, sendo certo que se se tratar de adiantamento a acionistas, deverá ser deliberado se a sua liquidação se dará mediante compensação de dividendos, com consequente alteração dos registros contábeis no ano de 2020; caso não haja consenso sobre essa matéria deliberar sobre consulta a ser formulada à Receita Federal do Brasil ("RFB") para esclarecimento das eventuais dúvidas; (ii) deliberar sobre a regularização dos imóveis da Companhia no que se refere à liberação de eventuais ônus incidentes sobre eles; (iii) se verificados ônus, autorizar os Diretores a adotarem as medidas necessárias para sua regularização junto a Cartórios de Registro de Imóveis e demais órgãos competentes; (iv) deliberar sobre a realização de avaliação do valor de mercado dos imóveis da Companhia, inclusive para sua locação; (v) deliberar sobre a contratação de profissional contábil para a Companhia; (vi) deliberar acerca das propostas para alienação e/ou liquidação da totalidade das ações de titularidade dos acionistas A. Pastori Participações S.A., Aurelio Antônio Pastori, Rafael Cristiano Bonet Pastori, Débora Cristina B. Pastori e Jefferson Domingos Pastori, de emissão da Companhia. **Instruções Gerais:** 1. Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar a Companhia documento de identificação e/ou documento societário respectivo. Com relação a participação de acionista por meio de procurador, a outorga de poderes de representação na Assembleia deverá cumprir os requisitos do artigo 126 da LSA. 2. Nos termos da IN DREI nº 81/2020 as Assembleias serão realizadas de modo totalmente digital, por meio do sistema eletrônico Zoom. **3. Credenciamento para participação remota:** os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 15 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao endereço eletrônico que necessariamente será fornecido pelo Presidente da Companhia (que também será o Presidente da mesa nos termos do Estatuto Social da Companhia), até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e representação, conforme mencionado no item 1 acima. O e-mail enviado com a solicitação e os respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento, sendo permitido somente um credenciamento por acionista. Os acionistas que não enviarem e-mail com a solicitação do link de acesso e anexado os documentos de participação necessários no prazo máximo aqui estipulado para tanto, não estarão aptos a participar da Assembleia. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais poderão ser firmados pelo Presidente e Secretário da mesa. 4. **Acesso via sistema eletrônico:** Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento assinado e/ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento, sendo remetido apenas um convite individual para cada acionista credenciado. 5. **Participação e voto a distância:** Qualquer acionista credenciado para participar via sistema eletrônico, poderá se manifestar de forma remota durante a Assembleia, bem como preferir os seus respectivos votos de forma remota. As manifestações de votos e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail que será fornecido pelo Presidente da Companhia, conforme esclarecido no item 3 acima, ou ainda, ser anexada ao sistema eletrônico, sendo que cada manifestação feita por qualquer das formas acima descritas será considerada como recebida pela mesa. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, assegurará os requisitos lá determinados. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, para registro da possibilidade de manifestação e visualização do registro de e dos votos preferidos pelos acionistas, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico que será fornecido pelo Presidente da Companhia conforme item 3 supra. Itupeva, 29/06/2021. **Gerônimo Pastore** – Acionista. (30/06, 01 e 02/07/2021)

Angelini Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 32.125.744/0001-29 – NIRE 35.232.158.583

Ata de Reunião dos Sócios Quotistas

Aos 24/06/2021, às 10 horas, na Rua Wilson Moreira da Costa nº 68, Residencial Morumbi, São Paulo-SP, sede da **Angelini Participações Ltda.**, nos termos da Lei 10.406/2002, os sócios, representando a totalidade do capital social, compareceram e declararam cientes do local, data, hora e Ordem do Dia, dispensando as formalidades da convocação, escolheram para presidir os trabalhos o sócio **Marcos Gustavo Angelini**, para Presidente, e a sócia **Maria Inês Campbell** para Secretária. Iniciados os trabalhos, os sócios deliberaram sobre a redução do capital social da sociedade e decidiram reduzir o capital por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da sociedade, de R\$ 7.971.048,00 para R\$ 1.856.166,00, sendo que o valor reduzido de R\$ 6.114.882,00 será restituído ao sócio Marcos Gustavo Angelini. Posto a Ordem do Dia em discussão e votação, este tópico foi aprovado sem reservas e restrições. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrei a presente ata que foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente e por mim, Secretária, para apresentação e arquivamento na JUCESP. **Marcos Gustavo Angelini** – Presidente; **Maria Inês Campbell** – Secretária.

Akhhal Teke Empreendimentos e Participações S.A.

(Em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: No dia 10/12/2020, às 16:00 horas, realizada na sede social. **2. Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **4. Convocação:** Dispensada a convocação. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Akhhal Teke Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. **5. Deliberações:** 6.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Akhhal Teke Empreendimentos e Participações S.A.**, com Sede e Foro na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo-SP. 6.2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.500,00, representado por 1.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 depositados em conta vinculada no Banco Bradesco S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Akhhal Teke Empreendimentos e Participações S.A.** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e CPF nº 366.209.668.45, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, RG nº 44.072.471-5 (SSP-SP) e CPF nº 352.021.748-10, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 10/12/2020. Mesa: Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Estatuto Social – Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto.** Artigo 1º. A **Akhhal Teke Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo-SP, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. A Companhia iniciará suas atividades em 10/12/2020, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** Artigo 5º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 1.500,00, dividido em 1.500 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. **Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.** § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 6º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. § Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 7º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 8º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração.** Artigo 9º. A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 10º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 11º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 12º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Artigo 13º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** Artigo 14º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. – Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros.** Artigo 15º. O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 16º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 17º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 18º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação.** Artigo 19º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. JUCESP – Certificado o registro sob o NIRE 35.300.567.897 em 04/05/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

NÚMEROS DO MERCADO FINANCEIRO

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,9444 / R\$ 4,9450 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9400 / R\$ 4,9420 *

Turismo - R\$ 4,9300 /

R\$ 5,1000

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: 0,28%

OURO BM&F

R\$ 278,25

BOVESAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,08%

Pontos: 127.327

Volume financeiro:

R\$ 27,623 bilhões

Maiores altas: Braskem

PN (5,36%), Banco Inter

UNT (4,13%), Companhia

Siderúrgica Nacional

ON (4,10%)

Maiores baixas: Iguatemi

ON (-3,74%), Ultrapar

ON (-3,44%), BRF ON

(-2,95%)

S&P 500 (Nova York):

0,03%

Dow Jones (Nova York):

0,03%

Nasdaq (Nova York):

0,19%

CAC 40 (Paris): 0,14%

Dax 30 (Frankfurt):

0,88%

Financial 100 (Londres):

0,21%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,81%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,94%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,92%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,17%

Merval (Buenos Aires):

-1,84%

IPC (México): -0,03%

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5804

Peso (Chile) - 0,006726

Dólar (EUA) - 4,9450

Peso (México) - 0,2495

Franco (Suíça) - 5,3756

Peso (Uruguai) - 0,1139

Iene (Japão) - 0,04474

Yuan (China) - 0,7651

Libra (Inglaterra) -

Rublo (Rússia) - 0,0679

6,8468

Euro (Unidade Monetária

Peso (Argentina) -

Europeia) - 5,8885

0,05167

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Negócios

Cinco maiores estatais, como Petrobras e Banco do Brasil, cortam 25% do pessoal em seis anos



As cinco grandes estatais federais do país — Banco do Brasil, Correios, Caixa, Petrobras e Eletrobras — perderam mais de 111 mil empregados entre o início de 2015 e março deste ano. Juntas, cortaram pouco mais de um quarto de seu pessoal nesse período, recuando para um total de 327.397, segundo o Panorama das Estatais, do Ministério da Economia.

As maiores baixas estão concentradas na Eletrobras (-45,8%) — em vias de ser concedida à iniciativa privada — e na Petrobras (-42%).

Esse encolhimento é puxado por uma combinação de fatores, que vão da orientação para redução do tamanho do Estado desde o governo Michel Temer até a crise econômica, que impacta a capa-

cidade de investimento das empresas e leva o governo a recorrer à venda de estatais para equilibrar as contas públicas.

Entra na conta ainda a digitalização de serviços e operações, sobretudo no setor financeiro.

— É uma correção de rumo, após um período de crescimento do setor (estatal) em governos anteriores. Foi como voltar um pouco o pêndulo do lado da expansão do Estado em que estava. No caso da Eletrobras, a privatização pesa, mas o cenário não é diferente na Petrobras — afirma Sérgio Lazarini, professor do Insper.

Marco Tulio Zanini, professor da FGV EBAPE, frisa que a crise econômica contribui para esse processo de enrugamento:

— Há o contexto de recessão. Sem demanda, essas estatais perdem a perspectiva de produtividade futura e ficam com mão de obra ociosa ou subaproveitada. Não existe incentivo para a manutenção dessas empresas em seu nível máximo de produtividade. São setores desmotivados, com as companhias passando por grandes reestruturações.

Para enfrentar a crise, empresas na iminência de serem concedidas reduzem quadros já embarcando na lógica de operação do mercado privado.

— Essas empresas que estão para serem privatizadas já operam na lógica privada. Elas já entregam uma empresa com menor custo e maior receita — observa Márcio Pochmann, economista e professor da Unicamp. O Globo

Por que o J.P. Morgan entrou no C6 Bank e o que isso representa para o banco digital brasileiro



O banco americano J.P. Morgan gera um caminho de dinheiro para seus acionistas — só neste ano, os analistas estimam o lucro em US\$ 40 bilhões. Mas Jamie Dimon, CEO global do banco, sabe que não pode apenas distribuir dividendos ou sentar-se em cima dessa montanha de dinheiro. É preciso diversificar investindo em fintechs e bancos digitais.

Recentemente, a instituição financeira anunciou a compra da plataforma de robot-advisor britânica Nutmeg, num negócio de quase US\$ 1 bilhão. Trata-se de um embrião para um banco digital na Inglaterra. Agora, adota a mesma estratégia no Brasil, entrar no varejo com

No Assaí, o e-commerce não é prioridade. E o CEO faz questão de frisar

No escritório de Belmiro Gomes, CEO da rede atacadista Assaí, há um mapa do Brasil no qual ele vai demarcando com pins os estados que estão sendo ocupados pela empresa varejista. Hoje, a companhia conta com 186 unidades espalhadas por 23 estados.

Mas, até o fim do ano, o mapa de Gomes ficará mais recheado. O Assaí vai abrir mais 28 unidades, num investimento total de R\$ 1,5 bilhão. Em 2022, mais 25 unidades deverão sair do papel. “Aí, só faltarão os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, diz Gomes.

O investimento pesado em lojas físicas tem reforçado um curioso mantra que o executivo repete para analistas e investidores do mercado financeiro: o e-commerce não é e não será o foco da companhia. “O mercado cobra a gente e temos sido bem since-

ros. Não é a nossa estratégia.”

O posicionamento de Gomes contrasta com o discurso de quase todos os varejistas, que têm apostado suas fichas no comércio eletrônico. “O que temos visto é o que chamamos de make-up digital, que é vestir operações existentes, que funcionavam tranquilamente, com uma cara de digital para parecer moderno.”

Sem papas na língua, ele ainda revela a estratégia de algumas delas. “Tem companhia que fala que vende no digital, mas quem tira o pedido é o mesmo vendedor de vinte anos atrás.” A postura não deixa de ser curiosa, principalmente para o mundo digital que está emergindo no pós-pandemia.

Isso não significa, entretanto, que a empresa deixará de entrar nesse mercado. No segundo semestre, o Assaí deverá lançar o seu e-commerce, operado por terceiros.

Neofeed



uma operação digital. A compra de 40% do C6 se encaixa nesse negócio.

“O J.P. Morgan tem uma visão muito clara de crescimento no mundo digital. Estamos buscando oportunidades de crescimento em varejo, pagamentos, inteligência artificial e outros negócios análogos aos nossos. Estamos em dezenas de companhias como investidores estratégicos”, disse Daniel Darahem, Senior Country Officer para o Brasil no J.P. Morgan Chase.

Entrar no mercado de varejo brasileiro sempre foi um desafio para todos os bancos americanos. Nunca, nenhuma instituição financeira, por maior que fosse, conseguiu triunfar por aqui. São vários os exemplos de bancos que

fracassaram diante dos bancos brasileiros. Os casos de Citi e BankBoston são os mais clássicos, que tiveram suas operações locais vendidas para o Itaú Unibanco.

Com o digital, sem a necessidade de vultosos investimentos em agências físicas e sistemas legado, as coisas ficaram mais fáceis e o J.P. Morgan viu a possibilidade de cortar caminho ao comprar um grande pedaço do C6. “Nosso CEO sempre diz que o modelo digital muda essa equação e nos permite criar um negócio de varejo fora dos EUA, de maneira digital”, diz Darahem.

Apesar de ainda não ter completado dois anos de vida, o C6 já tem uma grande base de clientes. Neofeed